



AZ@BXL

Número: 227 Data: 2022.05.20

No título: Ilha do Pico a partir da [Reserva Florestal de Recreio das Sete Fontes](#) (Ilha de São Jorge)

Créditos: Direção Regional dos Recursos Florestais

Destaques:

[Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas pede prorrogação da REACT-EU](#)

[Parcerias para a inovação regional: candidatura dos Açores selecionada](#)

[Plano REPowerEU: acabar com a dependência da UE dos combustíveis fósseis russos](#)

[LIFE 2022 - Abertura de convites à apresentação de propostas](#)

[Parlamento Europeu solicita novas formas europeias de financiamento para ajudar empresas e cidadãos](#)

[Pacote de processos por infração de maio instaurados pela Comissão Europeia: principais decisões](#)

[Relatório sobre a Economia Azul da UE: a economia dos oceanos alimenta a transição ecológica da Europa](#)

[Lançamento do Observatório da Economia Azul da UE](#)

Até 23 de maio

**Comissão consulta partes interessadas sobre os acordos de sustentabilidade no domínio da agricultura**

A Comissão Europeia convida as partes interessadas, como os produtores primários, os transformadores, os fabricantes, os grossistas, os retalhistas e os fornecedores de fatores de produção, a partilharem a sua experiência com acordos que visam a consecução dos objetivos de sustentabilidade nas cadeias de abastecimento agroalimentar.

As reações das partes interessadas ajudarão a Comissão a elaborar orientações sobre uma nova derrogação que isenta os acordos de sustentabilidade no domínio da agricultura das regras de concorrência em determinadas condições. As partes interessadas são convidadas a apresentar os seus pontos de vista no [sítio Web da Comissão relativo à consulta](#) até 23 de maio de 2022. A Comissão analisará cuidadosamente todos os contributos e publicará as observações, uma síntese dos principais resultados e das principais conclusões no sítio Web da consulta. A Comissão tenciona realizar uma consulta pública sobre o projeto de orientações em 2023.

**Conselho do Espaço Económico Europeu**

Na 54.ª sessão do Conselho do Espaço Económico Europeu (EEE) os ministros [debaterão](#) o funcionamento global do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu. Realizarão igualmente um debate de orientação sobre a redução das dependências estratégicas nos domínios das matérias-primas e da energia. O Conselho do EEE deverá adotar conclusões sobre a cooperação entre a UE e os Estados da EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre) membros do EEE, nomeadamente sobre a transformação digital e a transição ecológica.

**Eurogrupo**

O Eurogrupo [reunir-se-á](#) a 23 de maio, em Bruxelas. Do projeto de ordem do dia da reunião constam os seguintes temas: evolução macroeconómica e orçamental na área do euro, incluindo as previsões da primavera da Comissão Europeia; futura vaga de diretor executivo do MEE; União Bancária – debate sobre um projeto de plano de trabalho.

24 de maio

**Conselho (Agricultura e Pescas)**

Os ministros da Agricultura da EU reunir-se-ão em Bruxelas para debater a propagação da gripe aviária de alta patogenicidade e uma abordagem estratégica para o desenvolvimento da vacinação. Os ministros procederão ainda a uma troca de pontos de vista sobre a situação dos mercados agrícolas, tendo em conta a situação na Ucrânia. Todas as informações pertinentes poderão ser consultadas [aqui](#).

**Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)**

Os ministros da Economia e das Finanças [debaterão](#) as consequências económicas e financeiras das sanções impostas à Rússia, após a sua invasão militar não provocada e injustificada da Ucrânia. O Conselho deverá adotar a sua posição (orientação geral) sobre um regulamento revisto relativo aos ELTIF. O regulamento estabelece regras uniformes em matéria de autorização, de políticas de investimento e de condições de funcionamento dos fundos de investimento alternativos da UE (FIA da UE) ou dos compartimentos dos FIA da UE comercializados na União como fundos de investimento de longo prazo da União Europeia (ELTIF). O objetivo consiste em mobilizar e canalizar capital para investimentos de longo prazo na economia real, em consonância com o objetivo de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo da União.

Até 26 de maio



Consulta Pública relativa à Revisão do Regulamento Serviços Aéreos

Esta [iniciativa](#) irá tornar o setor dos serviços aéreos mais resiliente e mais sustentável, continuando simultaneamente a assegurar a conectividade e a concorrência, a proteger os interesses dos consumidores e a preservar o emprego de elevada qualidade. O Regulamento Serviços Aéreos estabelece regras comuns para os serviços aéreos na UE, incluindo: os requisitos aplicáveis às licenças de exploração; a liberdade de prestação de serviços e em que circunstâncias essa liberdade pode ser excepcionalmente restringida; a forma como os preços devem ser apresentados aos consumidores.

Até 29 de maio



Novo Bauhaus Europeu: apoio às cidades e aos cidadãos com vista a iniciativas locais

A Comissão Europeia [anunciou](#) três novos convites à apresentação de propostas para converter o Novo Bauhaus Europeu numa realidade concreta. O apoio destina-se especificamente aos cidadãos e às cidades e vilas, para os ajudar a integrar solidamente o projeto do Novo Bauhaus Europeu nas suas comunidades.

Os primeiro e segundo convites à apresentação de propostas, lançados pelo Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia, centram-se em atividades de participação dos cidadãos e na criação conjunta de espaços públicos com os cidadãos. O terceiro e último convite à apresentação de propostas, «Support to New European Bauhaus Local Initiatives» (apoio às iniciativas locais do Novo Bauhaus Europeu), proporciona assistência técnica aos municípios de pequena e média dimensão, que não dispõem da capacidade nem dos conhecimentos especializados necessários para concretizar as suas ideias de projetos no âmbito do Novo Bauhaus Europeu. O prazo da apresentação de propostas dos dois convites do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia termina em 29 de maio de 2022, às 23h59 CEST.

30 e 31 de maio



Reunião extraordinária do Conselho Europeu

Os chefes de Estado e de Governo da União Europeia juntar-se-ão em Bruxelas para debater os mais recentes desenvolvimentos políticos. Todas as informações serão disponibilizadas [aqui](#).

Até 31 de maio



Candidaturas ao Interreg Europe – 5 de abril a 31 de maio

O programa Interreg Europe apoia o intercâmbio e a transferência de experiências, abordagens inovadoras e o desenvolvimento de capacidades entre as autoridades públicas e outras organizações relevantes em toda a Europa. Procura desenvolver instrumentos de política de desenvolvimento regional, incluindo no âmbito do objetivo de investimento para o emprego e crescimento.

A Comissão Europeia convida todas as partes interessadas a apresentarem até 31 de maio as suas propostas para projetos de cooperação inter-regional. Os primeiros três anos dos projetos ("fase central") são dedicados ao intercâmbio e transferência de experiência entre os parceiros participantes. No quarto e último ano ("fase de acompanhamento"), as regiões concentram-se principalmente no acompanhamento dos resultados e impacto da cooperação. Todas as informações poderão ser consultadas [aqui](#).



Conferência 2022 sobre auditoria interna

A Comissão Europeia irá promover, em Bruxelas, no dia 31 de maio, uma conferência sobre auditoria interna. Pretende-se analisar o papel que os auditores internos podem desempenhar como consultores de confiança no apoio das organizações tendo em vista a consecução dos seus objetivos de recuperação. A inscrição e informações adicionais poderão ser consultadas [aqui](#).

2 de junho



Workshop: otimizar o quadro e as condições do transporte de carcaças no âmbito da sustentabilidade da União Europeia

O workshop é organizado pela [Presidência francesa do Conselho da União Europeia](#) e pela [UECBV](#), uma organização que congrega federações nacionais representativas do comércio das espécies bovina, equina, ovina e suína, e da indústria da carne

(matadouros, instalações de desmancha e instalações de preparação de carne). O [evento](#) será presencial, e irá decorrer em Bruxelas. [Inscrição](#) é possível até ao dia 20 de maio.

Até 8 de junho



Prémios da União Europeia para o biológico

Decorre até ao próximo dia 8 de junho a apresentação de candidaturas aos “prémios biológicos da UE: Premiar a excelência ao longo da cadeia de valor biológico da UE”. Poderá encontrar mais informação sobre os prémios, as diferentes categorias postas a concurso e as ligações para a apresentação das candidaturas (que são apresentadas em linha) [aqui](#).

Até 9 de junho



Consulta pública relativa à iniciativa da UE relativa aos polinizadores — revisão

A Comissão Europeia abriu um [período de consulta pública](#) relativa à "Iniciativa da UE relativa aos polinizadores — revisão". Fina esta fase, estará previsto que a Comissão lance uma nova Comunicação sobre a temática no terceiro trimestre de 2022.

Segundo a Comissão: «A iniciativa da UE relativa aos polinizadores constituiu uma primeira resposta ao grave declínio dos insetos polinizadores na Europa, mas a UE precisa agora de intensificar os seus esforços. Por conseguinte, a Comissão irá rever a iniciativa e criar instrumentos e medidas que permitam fazer face aos principais fatores subjacentes a este declínio. Esta iniciativa ajudará a cumprir o objetivo do Pacto Ecológico Europeu de inverter o declínio dos polinizadores até 2030, assegurando que estes possam continuar a proporcionar benefícios essenciais à natureza e aos seres humanos.»



Comité das Regiões Europeu

Consulta às partes interessadas sobre a Comunicação da Comissão Europeia “Preservar a segurança alimentar e reforçar a resiliência dos sistemas alimentares”

O Comité das Regiões Europeu está atualmente a elaborar um parecer sobre a salvaguarda da segurança alimentar e o reforço da resiliência dos sistemas alimentares para apresentar perspetivas locais e regionais sobre o assunto. O relator, Piotr Całbecki (PL/PPE), presidente da região de Kujawsko-Pomorskie, vai promover uma audição às partes interessadas tendo como objetivo a recolha dos seus pontos de vista sobre este [tema](#). A reunião decorrerá em formato híbrido entre as 10h00-12h00 (CET), podendo efetuar o seu registo para participação na reunião [aqui](#).

15 e 16 de junho



Conferência sobre o Pacto Rural

Estão abertas as [inscrições](#) para a [Conferência sobre o Pacto Rural](#) que será realizada em Bruxelas (com possibilidade de ser acompanhada remotamente). A conferência é organizada pela Comissão Europeia em parceria com o Comité das Regiões Europeu, Comité Económico e Social Europeu, Parlamento Europeu, Presidência do Conselho Europeu, e Parlamento Rural Europeu.

A 30 de junho de 2021, a Comissão adotou uma comunicação sobre a visão a longo prazo para as zonas rurais da UE. Como parte desta visão para criar zonas rurais mais fortes, mais ligadas, mais prósperas e mais resilientes, a Comissão comprometeu-se a criar um Pacto Rural. Ao reunir os níveis de governação nacional, regional e local, bem como as partes interessadas e as instituições da UE, este pacto servirá como um quadro de cooperação, apoiará um melhor acesso ao financiamento e contribuirá para assegurar que as necessidades específicas das diversas zonas rurais da Europa sejam tidas em conta.

Até 21 de junho



Consulta pública: Fuga de cérebros — atenuar os desafios associados ao declínio demográfico (comunicação)

A Comissão Europeia está a preparar uma comunicação sobre a fuga de cérebros e os desafios associados ao declínio da população. Esta publicação está prevista para o final de 2022 para avaliar a escala, dinâmica e impulsores do fenómeno da fuga de cérebros, entender seus efeitos socioeconómicos de longo prazo e propor soluções para melhorar a atratividade das regiões impactadas.

A fim de recolher provas, opiniões e sugestões dos cidadãos e das partes interessadas, a Comissão lançou a [consulta pública](#) tendo como objetivo obter informações sobre a escala e a dinâmica da fuga de cérebros e sobre as áreas afetadas. Outro dos

objetivos consiste em identificar práticas, estratégias e políticas que tenham tido sucesso no combate à emigração de trabalhadores qualificados.

Até 4 de julho



Consulta pública: Impostos especiais sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas — avaliação das taxas do imposto especial de consumo e das estruturas fiscais

As regras da UE regem a tributação do álcool e das bebidas alcoólicas. As regras relativas à estrutura fiscal foram recentemente alteradas, mas as taxas do imposto especial de consumo não são alteradas desde 1992. A avaliação examinará se as taxas do imposto especial sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas contribuíram para o bom funcionamento do mercado único da UE. A avaliação servirá de base à iniciativa prevista. Informações adicionais [aqui](#).

Até 21 de julho



Consulta pública: Sistema alimentar sustentável da UE

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública](#) sobre uma proposta de regulamento, que pretende publicar no quarto trimestre de 2023, relativa ao sistema alimentar sustentável da UE. A nova proposta de regulamento visa tornar o sistema alimentar da UE sustentável e integrar a sustentabilidade em todas as políticas relacionadas com a alimentação. Estabelecerá princípios e objetivos gerais, juntamente com os requisitos e responsabilidades de todos os intervenientes no sistema alimentar da UE. Mais especificamente, estabelecerá regras sobre: rotulagem em matéria de sustentabilidade dos produtos alimentares; critérios mínimos para uma aquisição pública sustentável dos produtos alimentares; e governação e monitorização.

Até 22 de julho



Consulta pública sobre a legislação aplicável às plantas produzidas através de determinadas novas técnicas genómicas

A Comissão Europeia abriu um período de [consulta pública](#) relativa à legislação aplicável às plantas produzidas através de determinadas novas técnicas genómicas. A Comissão pretenderá com a publicação da proposta do regulamento, prevista para o segundo trimestre de 2023, propor um quadro jurídico para as plantas obtidas por mutagenese e cisgénese dirigidas, bem como para géneros alimentícios e alimentos para animais delas resultantes. A iniciativa baseia-se nas conclusões de um estudo da Comissão sobre [novas técnicas genómicas](#). O objetivo é manter um elevado nível de proteção da saúde humana e animal e do ambiente, permitir a inovação no sistema agroalimentar e contribuir para os objetivos do Pacto Ecológico Europeu e da estratégia «do prado ao prato».

Até 31 de julho



Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo - convite à apresentação de trabalhos

A 3 de maio, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, o Parlamento Europeu [lançou](#) oficialmente o convite à apresentação de candidaturas ao Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo. A distinção premeia anualmente o jornalismo de excelência que promove ou defende os princípios e valores fundamentais da União Europeia como a dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e direitos humanos. Daphne Caruana Galizia foi uma jornalista e ativista anticorrupção maltesa que noticiou amplamente sobre corrupção, lavagem de dinheiro, crime organizado, venda de cidadania e as ligações do governo maltês aos “Panamá Papers”. Após assédio e ameaças, foi assassinada numa explosão de um carro armadilhado a 16 de outubro de 2017.

Até 4 de agosto



Aberta consulta pública sobre a avaliação da Diretiva Responsabilidade Ambiental (Diretiva 2004/35/CE)

A Diretiva Responsabilidade Ambiental ([DRA](#)) estabeleceu um quadro de responsabilidade ambiental baseado no princípio do «poluidor-pagador», a fim de prevenir e reparar os danos causados ao solo, às águas (superficiais, subterrâneas, de transição, costeiras e marinhas) e à biodiversidade (espécies e *habitats* naturais protegidos pelas Diretivas [Aves](#) e [Habitats](#)). A presente [consulta pública](#) constitui um meio importante de recolher os pontos de vista e a experiência prática das partes interessadas.

A [avaliação](#) basear-se-á igualmente nos relatórios apresentados pelos Estados-Membros à Comissão, durante abril de 2022, sobre a aplicação da DRA.



Auxílios estatais: Comissão Europeia aprova apoios italianos de 1,2 mil milhões aos setores agrícola, florestal, das pescas e da aquicultura

A Comissão Europeia [aprovou](#) um regime italiano de apoios estatais aos setores agrícola, florestal, das pescas e da aquicultura no valor de 1,2 mil milhões de euros. O regime foi aprovado ao abrigo do [Quadro temporário de crise relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia na sequência da agressão da Ucrânia pela Rússia](#), adotado pela Comissão a 23 de março de 2022, com base no artigo 107(3)(b) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia ("TFUE"), reconhecendo que a economia da UE está a sofrer uma grave perturbação. Ao abrigo deste regime, os beneficiários elegíveis terão direito a receber montantes limitados de ajuda sob qualquer das seguintes formas: (i) subvenções diretas; (ii) benefícios fiscais ou de pagamento; (iii) adiantamentos reembolsáveis; e (iv) redução ou isenção do pagamento das contribuições para a segurança social e previdência social. A medida estará aberta a empresas de todas as dimensões ativas nos setores da agricultura, silvicultura, pescas e aquicultura afetadas pelo aumento dos preços da eletricidade, alimentação animal e combustível causados pela atual crise geopolítica e pelas sanções conexas. A Comissão concluiu que o regime italiano é necessário, adequado e proporcional para remediar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro, em conformidade com o n.º 3, alínea b), do artigo 107º.

Carta da COMAGRI ao Comissário da Agricultura

Numa carta dirigida esta quarta-feira, 18 de maio, ao comissário europeu da Agricultura, Janusz Wojciechowski, o presidente da Comissão da Agricultura do Parlamento Europeu, Norbert Lins, em sintonia com a maioria dos grupos políticos, [solicita](#) à Comissão Europeia que avalie a possibilidade de derrogações na PAC à luz da guerra russa contra a Ucrânia. As derrogações, que devem ser adotadas por um período de tempo limitado, "poderão ser uma forma de contrariar a escassez global no abastecimento alimentar e de contribuir para a segurança alimentar", lê-se na carta.

A Comissão deveria, portanto, avaliar, "como primeiro passo e tendo em conta a situação atual", a possibilidade de derrogações ou "outras medidas para esse efeito", incluindo no quadro do artigo 148º do chamado Regulamento dos Planos Estratégicos. O artigo 148º do Regulamento dos Planos Estratégicos define que "a fim de resolver problemas específicos, a Comissão adotará atos de execução que sejam simultaneamente necessários e justificáveis em caso de emergência". Estes atos de execução podem derrogar as disposições do Regulamento dos Planos Estratégicos "na medida e durante o período estritamente necessário". Lins conclui salientando que "o Parlamento Europeu, enquanto colegislador, tem de ser envolvido em todas as discussões em curso entre o Conselho Europeu e a Comissão Europeia a este respeito".

Autorizadas duas culturas geneticamente modificadas (OGM)

A Comissão autorizou duas culturas geneticamente modificadas (1 milho e 1 soja) para a alimentação humana e animal. A decisão de autorização da Comissão não permite o seu cultivo na UE, apenas a sua utilização como alimento para consumo humano e animal. Estes OGM passaram por um procedimento de autorização abrangente e rigoroso, que assegura um elevado nível de proteção da saúde humana e animal, e do ambiente. A Autoridade Europeia de Segurança Alimentar (EFSA) emitiu uma avaliação científica favorável, concluindo que estes OGM são tão seguros como os seus homólogos convencionais. Os Estados-Membros não alcançaram uma maioria qualificada nem a favor nem contra as autorizações no Comité Permanente e no subsequente Comité de Recurso. As autorizações são válidas por 10 anos, e qualquer produto produzido a partir destes OGM estará sujeito às rigorosas [regras de rotulagem e rastreabilidade da UE](#). Para mais informações sobre OGM na UE, ver [aqui](#).

Nova ferramenta europeia de monitorização dos preços, existências e produção das principais culturas cerealíferas e oleaginosas

A Comissão Europeia acaba de lançar uma nova [ferramenta de monitorização](#) dos preços dos cereais (milho, trigo, cevada, girassol, colza, por exemplo), assim como dos níveis de produção e das atuais existências. A Comissão Europeia em [comunicado](#) refere que «ter informação atualizada sobre os níveis de existências dos principais cereais (como trigo, milho ou cevada), oleaginosas (como colza, girassol, soja), e arroz é essencial para decidir sobre as medidas relevantes para prevenir e mitigar as perturbações do mercado. Os Estados-Membros terão de notificar a Comissão Europeia sobre o nível das existências de cereais, oleaginosas, arroz e sementes certificadas destes produtos na posse dos produtores, grossistas e operadores. As notificações deverão ser fornecidas mensalmente, até ao final de cada mês em relação ao mês anterior. O [regulamento de execução](#) entrou em vigor a 20 de maio e as primeiras notificações são esperadas no final de julho, para dar o tempo necessário para que os Estados-Membros estabeleçam os processos de controlo e comunicação necessários.»

Comissão Europeia avança com proposta que permitirá que os agricultores sejam apoiados através do FEADER

A Comissão Europeia [anunciou](#) que os Estados-Membros poderão (depois da [proposta de alteração do atual regulamento](#) ser aceite pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu) avançar com uma ajuda única aos agricultores afetados pelos aumentos significativos dos custos dos fatores de produção. Os agricultores e as PME poderão beneficiar de um apoio de até 15 mil euros e de até 100 mil euros, respetivamente. Os pagamentos deverão ser efetuados até 15 de outubro de 2023.

Em comunicado, a Comissão refere que: «Tais aumentos de preços, nomeadamente de energia, fertilizantes e alimentos para animais, estão a perturbar o setor agrícola e as comunidades rurais, levando a problemas de liquidez por parte dos agricultores e das pequenas empresas rurais ativas no processamento, comercialização ou desenvolvimento de produtos agrícolas. Ao abordar diretamente estes desafios de tesouraria, ajudando a mantê-los em funcionamento, o apoio permitirá responder às perturbações do mercado e contribuir assim para a segurança alimentar global. Uma vez adotada pelos colegisladores, esta medida permitirá aos Estados-Membros decidir utilizar fundos disponíveis até 5% do seu orçamento FEADER para os anos 2021-2022 para apoio direto ao rendimento dos agricultores e PME ativas na transformação, comercialização ou desenvolvimento de produtos agrícolas. Isto representa um orçamento potencial de 1,4 mil milhões de euros na UE. Os Estados-Membros são obrigados a orientar este apoio para os beneficiários mais afetados pela atual crise e que estão envolvidos na economia circular, gestão de nutrientes, utilização eficiente dos recursos ou métodos de produção respeitadores do ambiente e do clima. Para fazer uso dessa possibilidade excepcional, os Estados-Membros terão de apresentar uma alteração ao(s) seu(s) programa(s) de desenvolvimento rural, introduzindo esta nova medida.»



Ambiente

LIFE 2022 - Abertura de convites à apresentação de propostas

Está [aberto](#) o período de [apresentação de propostas](#) no âmbito do [Programa LIFE 2022](#). Este ano, estão disponíveis 598 milhões de euros para projetos de conservação da natureza, proteção ambiental, ação climática, e transição para energias limpas. O LIFE financia projetos ao abrigo dos seus quatro subprogramas: natureza e biodiversidade - 242 milhões de euros; economia circular e qualidade de vida - 158 milhões de euros; atenuação e adaptação às alterações climáticas - 99 milhões de euros; transição para energias limpas - 98 milhões de euros.

Os prazos previstos para a apresentação das propostas são os seguintes: Projetos de Ação Padrão para economia circular e qualidade de vida, natureza e biodiversidade, subprogramas de mitigação das alterações climáticas e adaptação - 4 de outubro de 2022; subvenções relativas às ações do subprograma para a transição para energias limpas - 16 de novembro de 2022; Projetos Integrados Estratégicos (SIP) e Projetos Estratégicos de Natureza (SNAP) - notas conceituais a 8 de setembro de 2022, e propostas completas a 7 de março de 2023; preparação da Assistência Técnica para SIP e SNAP - 8 de setembro de 2022; e [contratos específicos de subvenção de funcionamento \(SGA OG\) para entidades sem fins lucrativos](#) - 21 de setembro de 2022.

Objetivo 55: Fundo Social para a Ação Climática para ajudar as pessoas mais afetadas pela pobreza energética e de mobilidade

As comissões parlamentares [apoiam](#) a criação de um novo fundo para ajudar os cidadãos vulneráveis a lidar com o aumento dos custos da transição energética. As comissões do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI) e do Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL) adotaram, com 107 votos a favor, 16 contra e 15 abstenções, a sua posição sobre a proposta da Comissão de criação de um Fundo Social para a Ação Climática. O novo fundo irá beneficiar as famílias, microempresas e utilizadores de transportes particularmente afetados pelo impacto da transição para a neutralidade climática.

Os Estados-Membros deverão apresentar "Planos Climáticos Sociais", após consulta às autoridades locais e regionais, e aos parceiros económicos e sociais. Os planos devem conter um conjunto coerente de medidas para enfrentar a pobreza energética e de mobilidade. Em primeiro lugar, serão financiadas medidas temporárias de apoio direto ao rendimento (tais como uma redução dos impostos e taxas sobre a energia) para fazer face ao aumento dos preços dos transportes rodoviários e da energia utilizada no aquecimento das habitações. De acordo com os eurodeputados, tal apoio seria limitado a um máximo de 40% do custo total estimado de cada plano nacional para o período 2024-2027, e seria eliminado gradualmente até ao final de 2032. Em segundo lugar, o fundo cobriria investimentos na renovação de edifícios, energias renováveis e uma mudança de

transportes privados para transportes públicos, partilha de automóveis e utilização de meios de transporte, tais como a bicicleta. As medidas podem incluir incentivos fiscais, vouchers, subsídios ou empréstimos com juros zero.

Objetivo 55: LULUCF - sumidouros de carbono aumentam a meta de redução de GEE da UE 2030 para 57%

Na terça-feira, a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar [aprovou](#) o seu relatório que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e aumentar os sumidouros naturais de carbono nos setores do uso dos solos e das florestas, com 44 votos a favor, 37 contra e 6 abstenções. Os deputados europeus apoiam a proposta da Comissão de que o objetivo da UE para 2030 em matéria de remoção líquida de gases com efeito de estufa nos setores do uso dos solos e das florestas deve ser de pelo menos 310 milhões de toneladas equivalentes de CO₂. Tal cenário aumentaria de facto a meta de redução de GEE da UE em 2030 para 57%, uma vez que a contribuição das remoções líquidas para a meta de redução de GEE em 2030 de 55% estava limitada a 225 milhões de toneladas de equivalente CO₂ na [Lei Climática da UE, tal como proposto pelo Parlamento Europeu](#). Seria também benéfico para melhorar a biodiversidade e a reflorestação.

A Comissão deve adotar objetivos anuais para o setor LULUCF no período de 2026 a 2029, com base em trajetórias nacionais. Os eurodeputados querem também subobjetivos para as emissões líquidas de gases com efeito de estufa de terras agrícolas, pastagens e zonas húmidas, tanto a nível da UE como dos Estados-Membros. A legislação proposta sugere também uma penalização por não cumprimento, acrescentando 108% do excesso de emissões líquidas de gases com efeito de estufa à quota do ano seguinte. Os eurodeputados enfatizam que os sumidouros naturais de carbono são frágeis e voláteis, pelo que não devem ser agrupados com a medição das emissões do setor agrícola - ao contrário da proposta da Comissão. Em vez disso, querem apoio a iniciativas voluntárias de agricultura de carbono [práticas agrícolas de captação e retenção], de modo a fornecer pelo menos 50 milhões de toneladas adicionais de equivalente CO₂ de remoções líquidas até 2030. O projeto de relatório será agora votado em sessão Plenária na semana de 6 a 9 de junho.

Objetivo 55: ENVI aprova o projeto de relatório sobre a proposta de Regulamento de Partilha de Esforços

Os eurodeputados [apelam](#) a regulamentação mais rigorosa respeitante às emissões de gases com efeito de estufa nos Estados-Membros, incluindo menos opções para exceder as quotas. Na terça-feira, a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI) adotou o seu relatório sobre a proposta de Regulamento de Partilha de Esforços que estabelece reduções anuais vinculativas das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) para os Estados-Membros e que regulamenta atualmente cerca de 60% das emissões da UE. O relatório foi adotado com 61 votos a favor, 20 contra e 6 abstenções.

A Comissão Europeia propôs aumentar de 30% para 40% a meta obrigatória de redução das emissões de gases com efeito de estufa em 2030 na UE. Pela primeira vez, todos os Estados-Membros devem agora reduzir as emissões de gases com efeito de estufa com metas que variam entre 10-50 %. Ver as metas nacionais [aqui](#). O relatório sublinha que é importante haver mais transparência nas ações dos Estados-Membros, a fim de poder responsabilizá-los melhor.

Os eurodeputados desejam limitar a possibilidade de empréstimo das licenças de emissão, reduzindo o limite de empréstimos em relação à proposta da Comissão. Desejam também baixar o limite de acumulação de licenças de emissão para os anos seguintes, caso os Estados-Membros consigam exceder as reduções obrigatórias num determinado ano. O projeto de relatório será agora votado em sessão Plenária na semana de 6 a 9 de junho.

Objetivo 55: Aprovado projeto de relatório relativo ao sistema de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na União

“Para incentivar as indústrias a reduzir ainda mais as suas emissões e investir em tecnologias com baixo teor de carbono, o Sistema de Comércio de Emissões deveria ser reformado e o seu âmbito alargado”, [adiantam](#) os deputados europeus. A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar aprovou o seu relatório sobre a revisão do Sistema de Comércio de Emissões da UE (ETS) com 62 votos a favor, 20 contra e 5 abstenções. Os eurodeputados acreditam que o ETS está no centro da política climática europeia e desencadeou reduções significativas das emissões, uma vez que um preço sobre as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) é um incentivo para os agentes económicos reduzirem as suas emissões e investirem em tecnologias com baixo teor de carbono.

Os eurodeputados pretendem aumentar significativamente o nível de ambição em comparação com a proposta da Comissão. Uma via de redução mais acentuada do ETS deverá proporcionar uma orientação clara no sentido de alcançar o objetivo de redução das emissões da UE para 2030 e o objetivo do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a 1,5 graus. Os deputados querem que a redução anual das licenças de emissão aumente 0,1 pontos percentuais em relação ao ano anterior até 2030, começando de 4,2 % no ano seguinte à entrada em vigor desta alteração. Os deputados europeus propõem também a inclusão da incineração de resíduos municipais no ETS a partir de 2026. Para incentivar os melhores desempenhos e a inovação, os deputados europeus querem introduzir um sistema de *bonus-malus* a partir de 2025, para que as instalações mais eficientes de um setor recebam licenças gratuitas adicionais. Aqueles que não implementarem as recomendações das auditorias energéticas ou sistemas de energia certificados ou não estabelecerem um plano de descarbonização para as suas instalações, perderão algumas ou mesmo todas as suas licenças gratuitas.

Tal como solicitado várias vezes pelo Parlamento, o ETS deverá ser alargado ao transporte marítimo. Os eurodeputados querem cobrir 100% das emissões de rotas intraeuropeias a partir de 2024 e 50% das emissões de rotas extraeuropeias de e para a UE a partir de 2024 até ao final de 2026. A partir de 2027, as emissões de todas as viagens deveriam ser cobertas a

100% com possíveis derrogações para países não pertencentes à UE, onde a cobertura poderia ser reduzida para 50%, sob certas condições. Os eurodeputados querem também que sejam incluídas outras emissões de GEE para além do CO₂, tais como óxidos nitrosos de metano. 75 % das receitas geradas pelos leilões de licenças de emissão marítimas devem ser colocadas num Fundo Oceânico para apoiar a transição para um setor marítimo da UE energeticamente eficiente e resiliente em termos climáticos. As licenças gratuitas do ETS devem ser gradualmente eliminadas a partir de 2026 e desaparecer até 2030, altura que o Parlamento considera adequada para que o [Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço](#) esteja plenamente operacional - cinco anos antes do previsto pela Comissão. As licenças gratuitas deveriam ser reduzidas para 90% em 2025, 80% em 2026, 70% em 2027, 50% em 2028, 25% em 2029 e 0% em 2030. O projeto de relatório será agora votado em sessão Plenária na semana de 6 a 9 de junho.

Objetivo 55: ETS Aviação

Os eurodeputados [apelam](#) a uma ação urgente para reduzir as emissões no setor da aviação a fim de alcançar os objetivos climáticos da UE e mundiais. A Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar (ENVI) adotou, com 66 votos a favor, 9 contra e 12 abstenções, a proposta da Comissão de revisão do Sistema de Comércio de Emissões da UE (ETS) para a aviação.

Os eurodeputados propõem que o ETS da UE se aplique a todos os voos com partida de um aeroporto localizado no Espaço Económico Europeu (EEE), e não apenas aos voos dentro do EEE como atualmente, a partir de 30 de abril do ano após a entrada em vigor das novas regras. Esta medida é necessária para assegurar reduções ambiciosas das emissões de gases com efeito de estufa no setor da aviação, em conformidade com o Acordo de Paris, e para contribuir para a criação de condições de concorrência equitativas a nível internacional, assegurando simultaneamente a igualdade de tratamento nas rotas, acrescentam os eurodeputados. O relatório prevê o fim das atribuições gratuitas ao setor da aviação até 2025, dois anos antes do calendário proposto pela Comissão. Para assegurar a eliminação gradual, é proposta uma diminuição acelerada de 50% nas atribuições livres para 2024, em comparação com a proposta da Comissão.

Os eurodeputados querem que 75% das receitas geradas pelos leilões de licenças de emissão para a aviação (exceto as destinadas como recursos próprios no orçamento da UE) sejam utilizadas para apoiar a inovação e as novas tecnologias, incluindo a implantação de soluções de descarbonização no setor da aviação através do Fundo de Investimento Climático. O projeto de relatório será agora votado em sessão Plenária na semana de 6 a 9 de junho.

Objetivo 55: CBAM - Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço

Os eurodeputados [solicitam](#) o alargamento do âmbito e uma implementação mais rápida do Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (CBAM) para aumentar a ambição climática global. Na terça-feira, a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar aprovou o seu relatório sobre o regulamento que estabelece um Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço com 49 votos a favor, 33 contra e 5 abstenções.

Os eurodeputados concordam com a necessidade de um CBAM para reduzir as emissões globais de carbono, incentivando a redução das emissões em países fora da UE e para evitar o risco de fuga de carbono, ou seja, a deslocação da produção para fora da UE em países com políticas climáticas mais laxistas. No entanto, os membros do Parlamento Europeu propõem uma série de mudanças para aumentar a ambição climática. Os eurodeputados querem que o CBAM cubra o alumínio, hidrogénio, polímeros e químicos orgânicos, para além dos produtos propostos pela Comissão Europeia (ferro e aço, refinarias, cimento, químicos orgânicos de base e fertilizantes). Para melhor refletir os custos de CO₂ para a indústria europeia, os deputados ao Parlamento Europeu querem também alargar o CBAM para incluir as emissões indiretas, ou seja, as emissões derivadas da eletricidade utilizada pelos fabricantes.

O CBAM seria aplicável a partir de 1 de janeiro de 2023 com um período de transição até ao final de 2024 e os deputados do Parlamento Europeu afirmam que deve ser plenamente implementado para todos os setores do Sistema de Comércio de Emissões da UE (ETS) até 2030 - 5 anos antes do proposto pela Comissão. Além disso, e para evitar a dupla proteção, quaisquer licenças gratuitas concedidas às indústrias da UE no ETS, para fazer face ao risco de fuga de carbono na ausência de condições equitativas, deveriam ser totalmente eliminadas até 2030, quando o CBAM começar a funcionar em pleno para as indústrias protegidas. Os eurodeputados salientam que a coerência entre o CBAM e o ETS é essencial para respeitar os princípios da Organização Mundial do Comércio e que o CBAM não deve ser indevidamente utilizado como um instrumento para reforçar o protecionismo. O projeto de relatório será agora votado em sessão Plenária na semana de 6 a 9 de junho.

Prémios Natura 2000: reconhecimento da excelência na proteção da natureza em toda a Europa

Por ocasião do 30º aniversário da criação da rede Natura 2000, o Comissário para o Ambiente, Oceanos e Pescas, Virginijus Sinkevičius, [anunciou](#) os vencedores da edição de 2022 dos Prémios Natura 2000. Os seis vencedores incluem projetos da Áustria, Bulgária, Grécia, [Portugal](#), Espanha e um projeto transfronteiriço da Alemanha, Áustria, Luxemburgo e Suíça. Anunciando os vencedores numa cerimónia em Bruxelas, o Comissário Sinkevičius afirmou: "Proteger e restaurar o património natural e a biodiversidade da UE é crucial para mitigar e adaptar-se às alterações climáticas, preservando simultaneamente a vida na Terra para as gerações vindouras".

"Nos últimos 30 anos, milhares de profissionais da conservação, voluntários e partes interessadas têm trabalhado para proteger e restaurar a natureza, preservando os benefícios que ela traz. Estas pessoas fizeram da rede o sucesso que ela é

hoje. Nos concursos, o troféu vai sempre para um, mas todos nos devemos sentir hoje vencedores porque, quando a natureza é protegida, os benefícios estão lá para todos nós", complementou. Os Prémios Natura 2000 reconhecem histórias de sucesso de conservação em toda a UE e sensibilizam para uma das realizações mais notáveis da Europa: a rede Natura 2000 de áreas protegidas. Os Prémios incluem as seguintes categorias: conservação em terra (o vencedor este ano é a Grécia), comunicação (Bulgária), benefícios socioeconómicos (Cantábria, Espanha), voto dos cidadãos (Áustria), cooperação transfronteiriça, e este ano foi acrescentada mais uma categoria: conservação marinha (Portugal). A boa gestão da rede Natura 2000 está no centro dos ambiciosos objetivos de proteção e restauração da Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030, que visa colocar a biodiversidade no caminho da recuperação até 2030, com benefícios para as pessoas, o clima e o planeta.



Coesão

Ucrânia: Comissão Europeia concederá 248 milhões de euros aos Estados-Membros que acolhem refugiados

A Comissão [decidiu](#) disponibilizar 248 milhões de euros a cinco Estados-Membros que foram os mais afetados no início da guerra e que têm acolhido um grande número de refugiados. A decisão surge na sequência do evento "Stand Up for Ukraine" de 9 de abril, no qual a Comissão se comprometeu a disponibilizar até 400 milhões de euros para apoiar os refugiados da Ucrânia nos Estados-Membros mais afetados. Esta ajuda de emergência dos fundos referentes aos assuntos internos irá apoiar a Polónia, Roménia, Hungria, Eslováquia e República Checa. Os Estados-Membros podem utilizar estes fundos para fornecer assistência imediata, como alimentação, transporte e alojamento temporário a pessoas que fogem da invasão não provocada da Rússia à Ucrânia, ao mesmo tempo que aumentam a sua capacidade de gerir as fronteiras externas da UE. As organizações da sociedade civil e as autoridades locais e regionais desempenham também um papel fundamental na oferta de assistência, pelo que os Estados-Membros terão de assegurar que este financiamento de emergência também lhes seja canalizado. Para assegurar que os fundos sejam rapidamente desembolsados sem uma pesada carga administrativa, a Comissão libertará o financiamento com base nos resultados alcançados, e não nos custos reais. Para continuar a apoiar as necessidades iniciais, a Comissão disponibilizará os restantes 152 milhões de euros após o acordo da autoridade orçamental.

Parcerias para a inovação regional: selecionadas 63 regiões, sete cidades e quatro Estados-Membros para ação-piloto

A Comissão Europeia [anunciou](#) terem sido selecionadas 63 regiões (incluindo-se entre as regiões selecionadas, [a Região Autónoma dos Açores através de uma candidatura realizada pela Direção Regional da Ciência e Tecnologia](#)), sete cidades e quatro Estados-Membros para o projeto-piloto de [parcerias para a inovação regional](#), uma iniciativa desenvolvida em conjunto com o Comité das Regiões. Os participantes na ação-piloto estão abertos a partilhar boas práticas e a testar e desenvolver conjuntamente ferramentas para mobilizar múltiplas fontes de financiamento e políticas, bem como para conectar os programas regionais e nacionais às iniciativas da UE em prol das transformações ecológica e digital. Estas parcerias deverão contribuir para o novo Programa de Inovação para a Europa, em cujo âmbito a inovação impulsiona a transformação em prol da sustentabilidade, conectando estratégias locais a iniciativas a nível da UE.

O convite atraiu uma ampla representação do ecossistema de inovação da UE, desde Estados-Membros como a Eslováquia – que participam a nível nacional – a uma grande variedade de regiões da UE, como a Andaluzia, os Açores, a região Hauts-de-France, a Ostrobótnia, a Subcarpácia, a região do mar Egeu do Norte, a Emília-Romanha e várias outras. O convite também desencadeou um processo de colaboração e de trabalho em rede, da base para o topo, reunindo já muitos participantes no âmbito de redes multirregionais. Os participantes incluem, por exemplo, a região do Mar Báltico, o mecanismo das biorregiões e um consórcio alargado «Cidades 4.0» (Lovaina, Bolonha Turku), que envolve também Eindhoven (NL), Espoo (FI) e Cluj-Napoca (RO).



Cultura

15 filmes apoiados pela UE a serem exibidos no Festival de Cinema de Cannes 2022

O 75º [Festival de Cinema de Cannes](#) iniciou-se no dia 17 e decorrerá até 28 de maio. 15 obras apoiadas pelo programa [Europa Criativa](#) serão exibidas. Três dos filmes irão competir pela Palma de Ouro: "Triângulo da Tristeza" de Ruben Östlund, "Rapaz do Céu" de Tarik Saleh, e "Pacifiction" de Albert Serra. Três outros foram selecionados para a secção "Un certain regard": "Godland" de Hlynur Pálmason, "Le bleu du Caftan" de Maryam Touzani e "Retour à Séoul" de Davy Chou. Os filmes apoiados pelos fundos europeus também entraram nas famosas competições paralelas do festival, tais como a "Quinzena dos Realizadores" e a "Semana Internacional da Crítica". O programa europeu Europa Criativa apoiou estes filmes no seu desenvolvimento e distribuição (para mais informações, ver [aqui](#)). Os vencedores do festival deste ano serão anunciados a 28 de maio na cerimónia de encerramento. Além disso, a 20 de maio, a Comissão organizará uma nova edição do [European Film Forum](#) intitulada "Promoting Europe's cultural autonomy through IP investment and exploitation: MediaInvest".

Direitos de autor: Comissão Europeia insta os Estados-Membros a transporem integralmente para o direito nacional a legislação da UE sobre direitos de autor

A Comissão [decidiu](#) enviar pareceres fundamentados à Bulgária, Chipre, Grécia, Irlanda, Letónia, Polónia, Portugal, Eslovénia, Eslováquia e Finlândia por não lhe terem notificado as medidas de transposição relativas aos direitos de autor e aos direitos conexos aplicáveis a determinadas transmissões em linha ([Diretiva \(UE\) 2019/789](#)). A Comissão também enviou pareceres fundamentados à Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Grécia, França, Letónia, Polónia, Portugal, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia e Suécia por não lhe terem notificado as medidas de transposição relativas aos direitos de autor e aos direitos conexos no mercado único digital ([Diretiva \(UE\) 2019/790](#)).

Estas duas diretivas visam modernizar as normas em matéria de direitos de autor para que os consumidores e os criadores possam tirar o máximo partido do mundo digital. Protegem os titulares de direitos de diferentes setores, estimulando a criação e a circulação de conteúdos de maior valor. Permitem aos utilizadores usufruir de uma maior escolha de conteúdos, reduzindo os custos de transação e facilitando a distribuição de programas de rádio e de televisão em toda a UE. Os Estados-Membros devem transpor estas normas sem mais demora, o que permitirá aos cidadãos da UE, aos setores criativos, à imprensa, aos investigadores, aos educadores e às instituições responsáveis pela gestão do património cultural, bem como aos prestadores de serviços de toda a UE, começar a beneficiar das mesmas.

Comissão Europeia lança "Media Invest" para impulsionar a indústria audiovisual europeia

A Comissão Europeia [lançou](#) o "Media Invest", um novo instrumento de financiamento para impulsionar a indústria audiovisual europeia. Com fundos provenientes do [InvestEU](#) e do [MEDIA do programa Europa Criativa](#), o *Media Invest* deverá alavancar 400 milhões de euros de investimentos ao longo de um período de 7 anos. Margrethe Vestager, vice-presidente executiva da Comissão Europeia afirmou: "O *Media Invest* é um novo instrumento de investimento concebido para colmatar as lacunas financeiras no setor audiovisual. Precisamos de estimular mais investimento privado para tornar o nosso setor europeu dos media competitivo a nível mundial". O *Media Invest* corresponde a uma das 10 ações-chave do [Plano de Ação Media e Audiovisual](#) apresentado em dezembro de 2020 para apoiar a recuperação e transformação dos media e do setor audiovisual, combinando o investimento com ações políticas.



Economia e Mercado

Previsões económicas da primavera de 2022

Antes da eclosão da guerra, as previsões económicas da UE apontavam para uma expansão prolongada e robusta. A invasão da Ucrânia pela Rússia veio, no entanto, criar novas dificuldades, no preciso momento em que a União recuperava das repercussões económicas da pandemia. Ao exercer novas pressões em alta sobre os preços das matérias-primas, causando novas perturbações no aprovisionamento e uma incerteza crescente, a guerra tem exacerbado os obstáculos que já se colocavam ao crescimento, contrariando as anteriores expectativas quanto ao eventual abrandamento destes fatores desfavoráveis. Esta situação levou a Comissão Europeia a [rever em baixa](#) as perspetivas de crescimento da UE e a rever em alta as suas previsões de inflação.

Prevê-se que o PIB da UE continue a atingir valores positivos durante o período abrangido pelas previsões, graças ao efeito combinado da reabertura da economia após o confinamento e às firmes medidas estratégicas adotadas para apoiar o crescimento durante a pandemia. O consumo privado deverá ser apoiado, em particular, pela reabertura pós-pandemia dos serviços altamente dependentes de contacto físico, pelo dinamismo cada vez maior do mercado de trabalho, por uma menor acumulação do aforro e por medidas fiscais para compensar o aumento dos preços da energia. O investimento deverá beneficiar da plena mobilização do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) e da execução do programa de reformas que o acompanha.

Antecipa-se que o crescimento real do PIB, tanto na UE como na área do euro, seja de 2,7 % em 2022 e 2,3 % em 2023, contra 4,0 % e 2,8 % (2,7 % na área do euro), respetivamente, nas previsões intercalares do inverno de 2022. A descida prevista para 2022 deve ser inserida no contexto da dinâmica de crescimento registada pela economia na primavera e no verão do ano passado, que acrescentou cerca de 2 pontos percentuais à taxa de crescimento anual deste ano. O crescimento da produção diminuiu ao longo do ano, tendo passado de 2,1 % para 0,8 %. Poderá consultar [aqui](#) o documento com a versão integral das previsões económicas da primavera de 2022, assim como as previsões relativas a [Portugal](#).

Comissão propõe continuar a reforçar as regras essenciais de gestão do orçamento da UE

A Comissão Europeia [propôs](#) alterações específicas às regras financeiras da União Europeia, ou seja, ao denominado Regulamento Financeiro. A proposta tem como objetivo primordial adaptar as regras existentes ao atual orçamento de longo prazo para 2021-2027 e introduzir novas melhorias nas regras financeiras da UE que já se pautam por uma qualidade muito elevada, tendo em vista a elaboração de um orçamento da União mais transparente, mais bem protegido e mais flexível. O Regulamento Financeiro estabelece as regras essenciais para a gestão do orçamento, define as modalidades segundo as quais o financiamento da UE é concedido aos beneficiários e a forma como as instituições da UE gerem os seus próprios fundos. Fixa regras sobre a forma como as instituições da UE adquirem empreitadas, fornecimentos e serviços, concedem subvenções e prémios e utilizam instrumentos financeiros ou garantias orçamentais.

A proposta apresentada será doravante objeto de negociações entre o Parlamento Europeu e os Estados-Membros da UE no âmbito do Conselho, tendo em vista a sua rápida adoção. A Comissão colaborará de perto com ambas estas instituições no intuito de assegurar que os requerentes e os beneficiários dos fundos da UE possam começar a beneficiar das novas regras o mais rapidamente possível.

Primeiros Estados-Membros comprometem-se a afetar cerca de 270 milhões de euros à iniciativa ALMA

Os primeiros Estados-Membros [manifestaram](#) o seu empenho em avançar com a nova iniciativa da Comissão intitulada ALMA (*Aim, Learn, Master, Achieve*) para ajudar os jovens desfavorecidos a entrar no mercado de trabalho ou a prosseguir os seus estudos. Num [evento sobre o emprego dos jovens](#) organizado pela Comissão Europeia na semana passada, foi anunciado que, até à data, mais de metade dos Estados-Membros manifestaram a intenção de avançar com a iniciativa ALMA. Além disso, oito Estados-Membros já se comprometeram a afetar à iniciativa cerca de 270 milhões de EUR ao abrigo dos respetivos programas do Fundo Social Europeu Mais (FSE+), de acordo com as estimativas atuais. Prevê-se que se sigam mais compromissos neste sentido, possibilitando aos jovens de toda a Europa beneficiar desta nova iniciativa.

ALMA é uma iniciativa de inclusão ativa para jovens desfavorecidos (18-30 anos) que não trabalham, não estudam nem seguem qualquer formação. Enquadrada por uma formação intensiva antes e depois da estada no estrangeiro, proporcionará aos participantes uma experiência de aprendizagem profissional supervisionada durante um período de dois a seis meses noutro Estado-Membro da UE. O objetivo do programa ALMA é melhorar as competências, os conhecimentos e a experiência dos participantes, para que, ao regressarem ao seu país de origem, possam fazer o seu percurso para o mercado de trabalho ou prosseguir estudos, e dar-lhes a oportunidade de estabelecer novas ligações em toda a Europa.

Os Estados-Membros são incentivados a afetar os recursos que considerarem adequados dos respetivos programas do [Fundo Social Europeu Mais \(FSE+\)](#) no período 2021-2027 para a concretização da iniciativa ALMA. Além disso, a Comissão presta assistência administrativa aos Estados-Membros na criação e na execução desta iniciativa.

Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA: reforçar a parceria renovada em tempos de turbulência

A UE e os Estados Unidos [reiteraram](#) a sua [estreita cooperação](#) para enfrentar os desafios mundiais no domínio do comércio e da tecnologia, em consonância com o compromisso comum em prol da democracia, da liberdade e dos direitos humanos. Na segunda reunião ministerial do Conselho de Comércio e Tecnologia (CCT) em Paris, ambas as partes reiteraram o papel central deste último na parceria transatlântica renovada, em cujo contexto contribuiu para coordenar as medidas conjuntas que estão a ser tomadas pela UE e pelos EUA face à agressão russa contra a Ucrânia.

A União Europeia e os Estados Unidos lançaram o Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA (CCT) na sua cimeira realizada em Bruxelas em 15 de junho de 2021. O CCT é um fórum em cujo âmbito a UE e os Estados Unidos coordenam a abordagem das principais questões mundiais no domínio do comércio, da economia e da tecnologia e aprofundam as relações comerciais e económicas transatlânticas com base nos valores democráticos comuns. A primeira reunião do fórum realizou-se a 29 de setembro de 2021. Na sequência desta, foram criados [dez grupos de trabalho](#), que abrangem questões como a normalização, a inteligência artificial, os semicondutores, o controlo das exportações e os desafios com que se defronta o comércio mundial. Prevê-se que a próxima reunião do CCT tenha lugar até ao final de 2022, nos Estados Unidos.

Luz verde para a suspensão de tarifas sobre as exportações ucranianas

Na quinta-feira, o Parlamento Europeu [aprovou](#) uma suspensão de um ano dos direitos de importação da UE sobre todas as exportações ucranianas para apoiar a economia do país. A liberalização temporária do comércio foi adotada com 515 votos a favor, 32 contra e 11 abstenções. As disposições adotadas pelo plenário no âmbito do procedimento de urgência incluem uma suspensão total dos direitos de importação de produtos industriais, o sistema de preços de entrada para frutas e legumes e direitos antidumping, bem como medidas de salvaguarda sobre as importações de aço por um período de um ano.

Taxa mínima global de imposto sobre as empresas

Os deputados europeus [aprovaram](#) a proposta da Comissão de transpor para a legislação europeia o acordo internacional sobre uma taxa mínima global de 15% de imposto para as empresas. Concordam com os elementos-chave da proposta da Comissão, nomeadamente a manutenção do calendário proposto e o prazo de 31 de dezembro de 2022 para a implementação, a fim de permitir uma rápida aplicação da legislação.

No entanto, os parlamentares fizeram algumas alterações à proposta da Comissão. Em particular, introduziram uma cláusula que permite uma revisão do limiar anual de receitas acima do qual uma multinacional ficaria sujeita à taxa mínima de imposto. O relatório também apela a uma avaliação do impacto da legislação nos países em desenvolvimento. Os eurodeputados também quiseram reduzir algumas das isenções propostas pela Comissão, e limitar a possibilidade de abuso, incluindo um artigo específico que inclui regras para combater os esquemas de evasão fiscal.

UE deve reforçar o apoio aos cidadãos e às empresas

Os eurodeputados [solicitam](#) mais financiamento para lidar com as consequências da guerra na Ucrânia, confiscando os bens dos oligarcas russos, novos recursos próprios da UE, e utilizando integralmente o orçamento da UE existente. Adotando uma resolução sobre as consequências económicas e sociais para a UE da guerra da Rússia na Ucrânia, os eurodeputados dizem

que a guerra e as "sanções justificadas contra a Rússia e a Bielorrússia estão a afetar a recuperação económica pós-pandémica da União Europeia e representam uma séria ameaça para a recuperação da UE".

Os eurodeputados salientam que os instrumentos existentes, tais como o NEXTGENERATIONEU, SURE (Apoio para mitigar os riscos de desemprego numa emergência) ou o sistema de flexibilidade do orçamento da UE não são suficientes para mitigar os efeitos negativos da guerra e o custo para a UE das sanções impostas à Rússia. Assim, apelam a um imposto sobre os lucros inesperados para as empresas energéticas, à apreensão e confiscação dos bens dos oligarcas russos e a uma flexibilidade adicional no orçamento da UE. O Quadro Financeiro Plurianual (QFP) deveria ser revisto, as regras de auxílio estatal aplicadas de forma mais flexível, o nível da garantia da UE no programa *InvestEU* deveria ser aumentado, e a Comissão deveria estar pronta a propor novos programas, se tal se tornar necessário. Os eurodeputados apelam igualmente à UE a liderar a criação de um Fundo Fiduciário de Solidariedade da Ucrânia.

Relatório Especial do TCE sobre Instrumentos de internacionalização das PME

O Tribunal de Contas Europeu (TCE) [avaliou](#) se a política da UE que apoia a internacionalização das PME se baseia numa estratégia coerente e coordenada e se a Rede Europeia de Empresas e a iniciativa *Startup Europe* contribuíram para a internacionalização das PME. Apesar de a Comissão ter executado muitas ações de apoio à internacionalização das PME, faltam alguma coerência e coordenação. A Rede Europeia de Empresas cumpriu os seus objetivos, mas carece de mais visibilidade e cobertura em países terceiros. A iniciativa *Startup Europe* responde às necessidades das empresas em fase de arranque apenas a curto prazo e o seu acompanhamento e coordenação não são suficientes.

O Tribunal recomenda que a Comissão deve: aumentar a coerência e a sustentabilidade das ações, bem como a sensibilização para as mesmas; reforçar a visibilidade da Rede Europeia de Empresas, a sua cooperação com outros programas semelhantes e a cobertura geográfica; melhorar o acompanhamento e a eficácia a longo prazo da iniciativa *Startup Europe*.

Alfândegas: alcançado acordo provisório sobre a janela única da UE que facilitará e acelerará o desalfandegamento

O Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre a janela única aduaneira, que estabelece as condições adequadas para a colaboração digital entre as autoridades aduaneiras e as autoridades competentes parceiras. O objetivo é facilitar o comércio internacional, diminuir o tempo de desalfandegamento e reduzir o risco de fraude. Além disso, ajudará a reduzir os encargos administrativos para os operadores.

Para permitir a fluidez das trocas comerciais e, simultaneamente, proteger os cidadãos, as empresas e o ambiente da UE, é essencial que o desalfandegamento e os controlos aduaneiros se processem de forma eficiente. Assim que a proposta for plenamente aplicável, as empresas deixarão de ter de apresentar documentos a várias autoridades através de diferentes portais. O ambiente de janela única permitirá que as autoridades aduaneiras e outras autoridades verifiquem automaticamente se as mercadorias em causa cumprem os requisitos da UE e se foram cumpridas as formalidades necessárias.

Nas fronteiras externas têm de ser aplicados mais de 60 atos jurídicos não aduaneiros da UE, bem como legislação não aduaneira nacional, em domínios como a saúde e a segurança, o ambiente, a agricultura, as pescas, o património internacional e a fiscalização do mercado, o que exige outros documentos para além das declarações aduaneiras e afeta centenas de milhões de movimentos anuais de mercadorias.



Energia

Conselho dá luz verde às novas regras para as infraestruturas energéticas transfronteiras

O Conselho da União Europeia [adotou](#) o regulamento revisto relativo às redes transeuropeias de energia (RTE-E). As novas regras têm por objetivo modernizar, descarbonizar e interligar as infraestruturas energéticas transfronteiras dos Estados-Membros, a fim de ajudar a alcançar os seus objetivos de neutralidade climática até 2050. Além disso, o regulamento revisto tem por objetivo continuar a assegurar a integração do mercado, a competitividade e a segurança do aprovisionamento. A adoção surge na sequência de um acordo provisório alcançado com o Parlamento Europeu em dezembro de 2021 e constitui a última etapa do processo de adoção.

As novas regras vão, nomeadamente, cessar o apoio a novos projetos que envolvam gás natural ou petróleo e introduzir critérios de sustentabilidade obrigatórios para todos os projetos, e simplificam e aceleram os procedimentos de licenciamento e autorização. As regras revistas destacam o papel da energia proveniente de fontes renováveis no que respeita a todos os ativos, incluindo as redes de gás inteligentes e criam uma possibilidade de cooperação não vinculativa no domínio do planeamento da rede ao largo.

Mercados da energia: Comissão apresenta medidas de intervenção de emergência a curto prazo e opções de melhoria a longo prazo

Dado que os preços da energia estão excepcionalmente elevados e instáveis desde há vários meses, a Comissão [apresentou](#) uma série de medidas de intervenção adicionais de curto prazo para lutar contra os elevados preços da energia e fazer face a

eventuais perturbações de aprovisionamento por parte da Rússia. Enumera igualmente uma [série de domínios](#) em que é possível otimizar a organização do mercado da eletricidade, tornando-o apto à transição que permitirá abandonar os combustíveis fósseis e mais resiliente em caso de choques de preços, assegurando simultaneamente a proteção dos consumidores e fornecendo eletricidade a preços acessíveis.

Na reunião do Conselho Europeu de 24 e 25 de março de 2022, os dirigentes da UE solicitaram à Comissão que apresentasse propostas para fazer face ao problema dos preços excessivos da eletricidade, preservando simultaneamente a integridade do mercado único, mantendo os incentivos à transição ecológica, preservando a segurança do aprovisionamento e evitando custos orçamentais desproporcionados. A Comissão comprometeu-se a avaliar as opções para otimizar a organização do mercado da eletricidade da UE e a elaborar um plano para pôr termo à nossa dependência em relação aos combustíveis fósseis provenientes da Rússia.

REPowerEU: plano para reduzir rapidamente a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição verde

A Comissão Europeia [apresentou](#) o [Plano REPowerEU](#), em que se pretende responder às dificuldades e perturbações do mercado global de energia causadas pela invasão russa da Ucrânia. Há uma dupla urgência em transformar o sistema energético europeu: acabar com a dependência da UE dos combustíveis fósseis russos, que são utilizados como arma económica e política e custam aos contribuintes europeus quase 100 mil milhões de euros por ano, e enfrentar a crise climática. Ao agir como União, a Europa pode eliminar gradualmente a sua dependência dos combustíveis fósseis russos mais rapidamente. 85% dos europeus [acreditam](#) que a UE deve reduzir a sua dependência do gás e petróleo russos o mais rapidamente possível para apoiar a Ucrânia. As [medidas](#) do Plano REPowerEU podem responder a esta ambição, através da poupança de energia, da diversificação do fornecimento de energia, e da implantação acelerada de energias renováveis para substituir os combustíveis fósseis nas habitações, na indústria e na produção de energia.

Conselho e Parlamento Europeu chegam a acordo em relação à proposta de regulamento sobre as obrigações relativas ao nível mínimo de armazenamento de gás

Com o [acordo](#) político provisório alcançado entre o Conselho e o Parlamento Europeu sobre a legislação relativa ao armazenamento de gás foi dado um passo importante para melhorar a segurança do aprovisionamento da UE no contexto da guerra na Ucrânia. O regulamento em relação ao qual foi alcançado um acordo provisório entre os dois colegisladores visa garantir que as capacidades de armazenamento na UE sejam preenchidas antes do inverno e possam ser partilhadas entre os Estados-Membros num espírito de solidariedade.



Estado de Direito

Parlamento aprova novos poderes da Eurojust para apoiar as investigações de crimes de guerra

O Parlamento Europeu [votou](#) a favor da extensão do mandato da [Eurojust](#), a Agência Europeia de Cooperação Judiciária em Matéria Penal (por 560 votos). Os novos poderes permitirão à agência armazenar e analisar provas relacionadas com crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade. Estas provas incluiriam perfis de ADN, impressões digitais, fotografias, gravações áudio e vídeo.

Com as novas regras, a Eurojust poderá também processar dados relacionados com estes tipos de crimes e partilhar os dados com o Tribunal Penal Internacional (TPI) e outras organizações internacionais, bem como com as autoridades dos Estados-Membros.

Sanções contra a Rússia devem ser aplicadas à Bielorrússia

Os eurodeputados [condenaram](#) veementemente o apoio prestado pelo regime bielorrusso do ditador Alexander Lukashenko à guerra arbitrária da Rússia contra a Ucrânia. Numa resolução aprovada na quinta-feira, o Parlamento condenou veementemente o papel do regime bielorrusso na guerra ilegal da Rússia contra a Ucrânia. Entre as medidas tomadas pelas autoridades bielorrussas em apoio ao Kremlin contam-se não só um referendo que restabeleça o estatuto nuclear do país, mas também a autorização da Bielorrússia para que as tropas e armamentos russos atravessem o seu território, utilizem o seu espaço aéreo, reabastecem e armazenem munições.

Consequentemente, os eurodeputados acreditam que o regime bielorrusso é cúmplice dos ataques à Ucrânia e deve suportar todas as consequências legais decorrentes do direito internacional. Além disso, apontam para o papel crescente do Kremlin na Bielorrússia, incluindo a sua influência financeira, o que levanta sérias dúvidas sobre a capacidade do regime de Lukashenko para tomar decisões soberanas.

Relatório anual da Comissão sobre o Estado de direito: críticas e propostas

Os deputados europeus [lamentam](#) que, apesar das propostas anteriores do Parlamento, a Comissão continue a não responder a muitas perguntas relativas aos valores da UE nos Estados-Membros. O relatório deve diferenciar entre violações sistémicas e individuais, e conduzir uma avaliação mais completa e transparente.

Além disso, o texto deveria afastar-se da "documentação descritiva" e adotar uma abordagem "analítica e prescritiva" que identificasse tendências transversais. Na ausência desta abordagem, o relatório não reconhece explicitamente que "o declínio do Estado de direito na Polónia e Hungria é um processo deliberado", nem identifica falhas em outros países da UE. O Parlamento salienta que a simples "apresentação de irregularidades ou violações de natureza ou intensidade diferente" corre o risco de trivializar outras questões mais graves.

Ucrânia: Parlamento Europeu quer tribunal internacional para crimes de agressão

Um tribunal internacional especial deveria julgar os líderes e comandantes militares da Rússia e os seus aliados pelo crime de agressão contra a Ucrânia. Numa resolução [aprovada](#) na quinta-feira, o Parlamento apela à UE a adotar todas as medidas necessárias nos tribunais e procedimentos internacionais para apoiar a acusação dos regimes russo e bielorrusso por crimes de guerra, crimes contra a humanidade, genocídio e agressão. Estas investigações e subseqüentes acusações deveriam também aplicar-se a todos os membros das forças armadas russas e funcionários do governo envolvidos em crimes de guerra, acrescentam os eurodeputados.

Pacote de processos por infração de maio: principais decisões

No seu pacote regular de decisões relativas aos processos por infração, a Comissão Europeia [instaura](#) processos judiciais contra vários Estados-Membros por estes não terem cumprido as obrigações que lhes são impostas pelo direito da UE. Estas decisões, que abrangem vários setores e domínios políticos da UE, visam assegurar a correta aplicação do direito da UE em benefício dos cidadãos e das empresas. A Comissão decidiu também encerrar 94 processos em que os problemas identificados nos Estados-Membros em causa foram resolvidos sem que fosse necessário dar seguimento ao processo.

Por exemplo, a Comissão Europeia insta **Portugal** ([INFR\(2019\)2148](#)) a assegurar uma proteção adequada dos habitats e das espécies de interesse para a UE através da designação de sítios Natura 2000, tal como exigido pela legislação da UE no domínio da natureza: Diretiva *Habitats* ([Diretiva 1992/43/CEE](#)) e Diretiva Aves ([Diretiva 2009/147/CE](#)). Ao abrigo destas diretivas, os Estados-Membros comprometeram-se a desenvolver uma rede europeia [Natura 2000](#) coerente. A Diretiva *Habitats* exige que os Estados-Membros proponham sítios adequados de importância comunitária (SIC) à Comissão e obriga os países da UE a protegerem e restabelecerem o estado de conservação favorável dos *habitats* que desempenham um papel vital na biodiversidade. O [Pacto Ecológico Europeu](#) e a [Estratégia de Biodiversidade para 2030](#) também indicam que é crucial para a UE travar a perda de biodiversidade. Em julho de 2019, a Comissão enviou uma [carta de notificação para cumprir](#) a Portugal devido a este país não ter assegurado uma proteção adequada dos *habitats* e espécies de interesse da UE através da designação de zonas de proteção da natureza. Portugal ainda não propôs todos os sítios que deveria ter, incluindo os sítios marinhos, e os sítios propostos não abrangem adequadamente os vários tipos de *habitats* e espécies que necessitam de proteção. Por conseguinte, a Comissão decidiu emitir um parecer fundamentado. Portugal dispõe agora de dois meses para responder e para tomar as medidas necessárias. Caso contrário, a Comissão poderá instaurar uma ação no Tribunal de Justiça da União Europeia.



Inclusão social, Direitos Humanos

Conclusões do Conselho sobre uma abordagem estratégica da UE de apoio ao desarmamento, à desmobilização e à reintegração de antigos combatentes (DDR)

O Conselho [reconhece](#) que o conceito de DDR alude a um processo voluntário de deposição de armas, rutura com as estruturas de comando e controlo, transição para a vida civil e reintegração sustentável nas comunidades locais de homens e mulheres membros e associados de forças e grupos armados. Os processos de DDR, de apropriação nacional e local, centrados nas pessoas e adaptados aos diversos contextos são de natureza política e constituem uma componente central dos processos de transição do conflito armado para a ação diplomática e governação inclusiva quer na vizinhança próxima da UE quer em regiões mais afastadas, contribuindo para a estabilização, a paz e o desenvolvimento sustentáveis.

O Conselho reconhece que a integração do apoio aos processos de DDR e respetivos componentes nas estratégias regionais pode contribuir para gerar uma apropriação política duradoura de todos os intervenientes. O Conselho sublinha as importantes ligações que existem entre os processos de DDR e outros processos de apoio à estabilização e à transição do conflito violento para uma paz sustentável, assinalando a inter-relação que caracteriza os desafios subjacentes e os seus impactos em função do género. A este respeito, serão importantes iniciativas para apoiar: a mediação, governação e reforma do setor da segurança, a justiça transicional, a redução da violência a nível das comunidades; a prevenção da radicalização, do extremismo violento e da violência sexual e de género; a proteção das crianças afetadas por conflitos; o combate à

exploração ilegal dos recursos naturais e à criminalidade organizada, nomeadamente o tráfico de seres humanos; a proteção e preservação do património cultural; a gestão dos fluxos de armas e munições.

Dia Internacional contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia

No Dia Internacional contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia (17 de maio), a União Europeia [reafirmou](#) o seu firme empenhamento em respeitar, defender e assegurar o exercício pleno e igualitário dos direitos humanos e das liberdades fundamentais por parte das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgénero e intersexuais (LGBTI). Em todo o mundo, mais de dois mil milhões de pessoas vivem em países onde a homossexualidade é ilegal. Além disso, onze jurisdições mantêm a pena de morte como sanção legal contra relações sexuais consentidas entre pessoas do mesmo sexo. Ao longo dos últimos dez anos, assistimos a sinais de progresso em todo o mundo. No entanto, a discriminação e a exclusão devido à orientação sexual e à identidade de género persistem e estamos a assistir a um retrocesso preocupante dos direitos das pessoas LGBTI. Os níveis de violência contra pessoas LGBTI são também alarmantes, mesmo que muito subdenunciados. Os conflitos armados e as emergências humanitárias colocam as pessoas LGBTI numa posição especial de risco. A agressão não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia fez centrar atenções nas pessoas LGBTI que tentam fugir da guerra. Há relatos de pessoas transgénero que foram impedidas de sair do país, bem como de incidentes de violência contra pessoas LGBTI. É necessário envidar mais esforços para lhes proporcionar apoio, proteção e espaços seguros. As pessoas jovens, em especial, enfrentam situações de rejeição familiar, de sem-abrigo e de assédio em linha e fora de linha devido à sua orientação sexual e identidade de género.



Indústria

UE intensifica ação para reforçar as capacidades de defesa da UE, a base industrial e tecnológica: rumo a um quadro da UE para a contratação conjunta de defesa

Em resposta à decisão tomada no [Conselho Europeu na Cimeira de Versalhes](#) no passado dia 10 e 11 de março, a Comissão e o Alto Representante [apresentaram](#) uma análise das lacunas de investimento na defesa, propondo medidas e ações necessárias para reforçar a base industrial e tecnológica da defesa europeia. A agressão não provocada da Rússia contra a Ucrânia tem implicações significativas para a defesa europeia, o que está a conduzir a um aumento das despesas militares dos Estados-Membros. Com esta [Comunicação Conjunta](#), a Comissão e o Alto Representante pretendem ajudar os Estados-Membros a investir em conjunto, a investir melhor e a investir de forma integrada numa perspetiva europeia. Também responde ao apelo feito no contexto da Conferência do Futuro da Europa para uma ação mais forte da UE em defesa.



Investigação científica, ciência, Educação

Semana Europeia da Formação Profissional centrada na transição ecológica: Comissão revela 12 vencedores dos prémios de excelência em EFP

A [Semana Europeia da Formação Profissional](#) decorreu em toda a Europa entre 16 a 20 de maio. Organizada anualmente pela Comissão Europeia, é uma [oportunidade](#) para celebrar as melhores práticas de ensino e formação profissionais (EFP), reunindo todas as partes envolvidas — incluindo autoridades locais, nacionais e regionais, estudantes, professores e as partes interessadas das organizações de ensino e formação — para mostrar os benefícios do EFP tanto para jovens como para adultos. A edição deste ano, a sexta, centra-se em «EFP e a transição ecológica», ajudando as pessoas a adquirir as competências necessárias para a transição ecológica, em consonância com o [Pacto Ecológico Europeu](#).

Na cerimónia de entrega dos [Prémios de Excelência em EFP](#), a Comissão anunciou os vencedores em diferentes categorias deste prémio emblemático. Um aprendiz de contabilidade da Grécia, a região do Piemonte, em Itália, e um programa sueco de gestão florestal receberam o Prémio de Excelência da Semana Europeia da Formação Profissional 2022, juntamente com outros nove galardoados. A Comissão atribuiu 12 prémios em quatro categorias e uma menção especial, distinguindo aprendizes, projetos, empresas e regiões da UE e de países vizinhos, que utilizaram com êxito o EFP para construir uma sociedade mais ecológica, mais digital e mais inclusiva.



Mar e Pescas

Auxílios estatais: Comissão aprova um regime de auxílios francês de 25 milhões de euros para apoiar as empresas piscatórias

A Comissão Europeia aprovou um regime de auxílio francês no valor de 25 milhões de euros para apoiar as empresas do setor das pescas. O regime foi aprovado ao abrigo do [Quadro temporário de crise relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da](#)

[economia na sequência da agressão da Ucrânia pela Rússia](#), adotado pela Comissão em 23 de março de 2022, com base no artigo 107(3)(b) do TFUE e reconhecendo que a economia da UE está a enfrentar uma grave perturbação. Ao abrigo deste regime, a ajuda assumirá a forma de uma subvenção direta. Os beneficiários elegíveis terão direito a um montante de ajuda calculado da seguinte forma: (i) 0,35 euros por litro de combustível para o período entre 17 e 31 de março de 2022; e (ii) 0,15 euros por litro de combustível para o período entre 1 de abril e 31 de julho de 2022. Estes subsídios diretos podem ser acumulados com a ajuda que os beneficiários possam ter recebido ao abrigo do regulamento de minimis. O objetivo deste regime é apoiar as empresas do setor das pescas a fazer face ao aumento do preço das matérias-primas, e em particular da energia, ligado à atual crise geopolítica. A Comissão considerou que o regime francês respeitava as condições estabelecidas no Quadro Temporário de crise. Em particular, (i) a ajuda não excederá 35 mil euros por beneficiário; e (ii) será concedida o mais tardar até 31 de dezembro de 2022. A Comissão concluiu que o regime era necessário, adequado e proporcional para sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro, em conformidade com o artigo 107.º, n.º 3, alínea b), do TFUE e as condições estabelecidas no Quadro Temporário de Crise. Nesta base, a Comissão aprovou a medida ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais. A versão não confidencial da decisão será disponibilizada sob o número de processo SA.102839 no [Registo de Auxílios Estatais](#) no [sítio Web](#) da Comissão sobre Concorrência, uma vez resolvidas quaisquer questões de confidencialidade.

Relatório | *Delivering a Sea - Change: Um Acordo de Financiamento Oceânico do G7*

O Comunicado dos ministros dos Negócios Estrangeiros do G7 de 14 de maio [afirma](#) que o G7 está empenhado em mobilizar recursos, de todas as fontes, para aumentar substancialmente o financiamento de apoio à biodiversidade até 2025, incluindo um maior financiamento para soluções baseadas na natureza com fortes salvaguardas ambientais e sociais, e assegurar que a tomada de decisões económicas e financeiras está alinhada com o objetivo de sustentabilidade. Em consonância, apela-se ao G7 que atue decisiva e rapidamente para assegurar o financiamento necessário para prevenir a degradação dos oceanos e construir a resiliência marinha e costeira necessária para proteger as pessoas e o planeta.

Economia Azul: Observatório da Economia Azul da UE lançado para promover projetos oceânicos sustentáveis

A Comissão Europeia [lançou](#) o [Observatório da Economia Azul da UE](#), uma nova plataforma de comunicação para a economia azul sustentável. É um "balcão único" para atividades relacionadas com os oceanos, os últimos dados socioeconómicos e científicos, informação de mercado e tendências atuais, ferramentas essenciais para ajudar os decisores políticos e as empresas a conceber e implementar projetos que beneficiem as comunidades costeiras.

Relatório sobre a Economia Azul da UE: a economia dos oceanos alimenta a transição ecológica da Europa

A Comissão Europeia publicou o seu [relatório anual sobre a Economia Azul da UE](#) abrangendo o ano 2019, fazendo um balanço em relação aos últimos dados e desenvolvimentos em todos os setores económicos relacionados com os oceanos e zonas costeiras. Com quase 4,5 milhões de pessoas empregadas, um volume de negócios de mais de 665 mil milhões de euros e 184 mil milhões de euros de valor acrescentado bruto, os setores da economia azul da UE contribuem significativamente para a nossa economia, particularmente nas regiões costeiras. Salienta também o elevado custo da inação na luta contra as alterações climáticas, uma vez que a subida do nível do mar poderá levar a uma perda direta de mais de 200 mil milhões de euros por ano até 2080 na UE.



Mobilidade e Transportes

DiscoverEU: 35 mil jovens viajantes selecionados

Na primeira fase do [DiscoverEU](#) no âmbito do programa Erasmus +, 35mil jovens de 18 anos [foram selecionados](#) para realizar uma viagem pela Europa. O ciclo deste ano marca a entrada da DiscoverEU no [Erasmus +](#). Com esta mudança, e graças ao financiamento excepcional concedido ao abrigo do [Ano Europeu da Juventude 2022](#), 70 mil bilhetes de viagem serão disponibilizados em 2022. Pela primeira vez, os jovens da Islândia, Liechtenstein, Noruega, Macedónia do Norte, Sérvia e Turquia puderam candidatar-se, uma vez que estes países participam no programa Erasmus +.



Processo de Integração da União Europeia

Albânia/Norte da Macedónia: apelo à abertura de negociações de adesão

O Parlamento Europeu [insta](#) o Conselho a abrir negociações sobre a adesão da Albânia e da Macedónia do Norte à UE, especialmente no contexto da guerra na Ucrânia. Em dois relatórios adotados na quinta-feira, que avaliam os progressos realizados pela Albânia e Macedónia do Norte no sentido da adesão à UE, o Parlamento insta o Conselho a iniciar formalmente as negociações de adesão com os dois países, salientando o contexto geoestratégico das relações com a Rússia e a sua

agressão contra a Ucrânia. Os eurodeputados apelam à UE para que analise as implicações historicamente importantes de tal decisão para a estabilidade e unidade do continente europeu e dos Balcãs Ocidentais.

Embora ambos os países tenham cumprido as condições estabelecidas pelo Conselho Europeu e produzido resultados sustentáveis, o Conselho há muito que devia ter lançado as negociações de adesão com ambas as partes, dizem os eurodeputados. Esta inação minou a opinião pública da UE e representa um sério perigo para todo o processo de alargamento, diz um dos relatórios. Os parlamentares também encorajam a Bulgária e a Macedónia do Norte a resolverem a sua disputa cultural e histórica independentemente do processo de adesão da Macedónia do Norte.



Regiões Ultraperiféricas

Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas pede prorrogação da REACT-EU

Por ocasião da [Conferência Ministerial das RUP](#), que se realizou de 17 a 19 de maio em Fort-de-France, sob a presidência da Martinica, a [Conferência dos Presidentes das RUP](#) publicou um [comunicado](#) no qual exprime a sua opinião sobre as orientações definidas na nova Estratégia para as RUP, e insta a Comissão a adotar urgentemente soluções pragmáticas para as suas regiões, e a fazer as adaptações regulamentares que satisfaçam as exigências das RUP.

Os presidentes das RUP consideram que a atual conjuntura mundial «está a atrasar muito a execução dos projetos financiados pela [REACT-EU](#), exigindo, por isso, um adiamento de mais dois anos, para além de 31 de dezembro de 2023, para permitir que as RUP possam alcançar os seus objetivos de recuperação. Da mesma forma, requer medidas de simplificação e de flexibilização dos programas 2021-2027, em benefício dos cidadãos.». Por outro lado, «reitera que as suas populações já são penalizadas pelos sobrecustos resultantes do seu grande afastamento e não poderão suportar um novo imposto europeu sobre as emissões de carbono. Esta ameaça teria repercussões insuperáveis para as ligações aéreas e marítimas das suas regiões, tanto internas como externas.».

Solicitado aumento do envelope financeiro do POSEI

O Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, António Ventura, [defendeu](#) na quarta-feira, na Martinica, um reforço do POSEI para enfrentar os efeitos que ainda se sentem da pandemia de covid-19 e o aumento de custos de produção resultante do atual conflito no leste europeu. “Precisamos de um POSEI mais abrangente, e com uma maior dotação orçamental, para fazer face à pandemia e aos crescentes custos de produção na agropecuária açoriana”, sublinhou o governante, falando na Conferência Ministerial, organizada pela Presidência francesa da União Europeia, e dedicada às Regiões Ultraperiféricas.

Para o governante, o aumento do POSEI “tem como objetivo o incentivo às agroproduções locais, numa progressiva autonomia alimentar humana e animal” dos Açores. Na Conferência Ministerial, que decorreu esta semana na Martinica, o Governo dos Açores prosseguiu o diálogo e parceria com as demais RUP e a Comissão Europeia.

Governo dos Açores prossegue diálogo e parceria com Comissão Europeia sobre os desafios para a região

O Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, António Ventura, e o Diretor Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa, Carlos Amaral, [reuniram-se](#) com a Comissária Europeia para a Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, encontro que se realizou à margem da Conferência Ministerial, organizada pela Presidência francesa da União Europeia, dedicada às Regiões Ultraperiféricas. Esta foi uma ocasião que se revestiu de um particular significado pois consagrou a continuidade de um compromisso de diálogo e parceria, ao mais alto nível entre a Comissão Europeia e as Regiões Ultraperiféricas. Durante o encontro, António Ventura, em representação do Presidente do Governo, abordou as principais prioridades e desafios de desenvolvimento da região à luz da recente e renovada estratégia da Comissão para as Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, com vista a uma sensibilização da realidade açoriana e daquilo que os Açores pretendem e como desejam desenvolver-se, integrados numa lógica de desenvolvimento comunitário, de grande coesão e de convergência com o todo europeu.

A este propósito, foram sublinhadas quatro prioridades chave: os açorianos, nomeadamente o cuidado e a capacitação do povo da região: os Açores, a terra, as próprias ilhas; o mar e o espaço aéreo, a integração dos Açores nas comunidades de que são parte, nomeadamente a acessibilidade, os transportes e as comunicações; e a construção, nos Açores, de uma comunidade sustentável e moderna de cidadãos europeus. O Secretário Regional salientou “os avanços e compromissos da Comissão Europeia de alcance diferente” para tentar responder às especificidades das RUP, e saudou o reconhecimento que a Comissão Europeia faz da “importância que os Açores, em específico, e as RUP, no geral, trazem à Europa e o papel que podem desempenhar”.

Salientando que o setor primário comporta uma expressão económica, social e territorial de grande relevância para a coesão regional, António Ventura frisou ainda “a importância de um reforço do orçamento do POSEI”, bem como de uma “flexibilidade e descentralização adequadas de procedimentos, no que respeita à aplicação dos Planos Estratégicos nas RUP,

no que respeita ao FEADER”. O governante aproveitou a ocasião para lamentar “a diminuição da taxa de cofinanciamento para as RUP”, que, independentemente dos seus efeitos práticos, nalgumas RUP, “foi um sinal político negativo e dificilmente compreensível para o setor da Agricultura e do Desenvolvimento Rural das RUP”.



Saúde

Estados-Membros, trabalhadores e empregadores chegam a acordo sobre a necessidade de reconhecer a COVID-19 como doença profissional

Os representantes dos Estados-Membros, dos trabalhadores e dos empregadores, reunidos no Comité Consultivo da UE para a Segurança e a Saúde no Local de Trabalho (CCSST), chegaram a [acordo](#) sobre a necessidade de reconhecer a COVID-19 como doença profissional nos setores da saúde, dos cuidados sociais e da assistência domiciliária e, num contexto pandémico, em setores onde surja um surto em atividades com risco comprovado de infeção. Ao mesmo tempo, apoiaram uma atualização da lista da UE de doenças profissionais. O acordo constitui um passo importante para a aplicação do [Quadro Estratégico da UE para a Saúde e Segurança no Trabalho 2021-2027](#), adotado pela Comissão em junho de 2021, no qual a Comissão anunciou que atualizará a [Recomendação da Comissão relativa à lista das doenças profissionais](#) a fim de incluir a COVID-19 até ao final do corrente ano. O quadro define as principais ações a nível da UE para melhorar a saúde e a segurança dos trabalhadores ao longo dos próximos anos. Um dos seus principais objetivos transversais é aumentar o grau de preparação para eventuais futuras crises sanitárias. Tal implica também intensificar o apoio aos trabalhadores em eventuais vagas de COVID-19 no futuro.

Na sequência do parecer do CCSST, a Comissão [atualizará](#) a recomendação que enumera as doenças profissionais e os agentes que as podem causar, que a Comissão insta os Estados-Membros a reconhecer. O objetivo é que os Estados-Membros adaptem as respetivas legislações nacionais de acordo com a recomendação atualizada. Se a COVID-19 for reconhecida como doença profissional num Estado-Membro, os trabalhadores dos setores pertinentes que a tenham contraído no local de trabalho podem adquirir direitos específicos de acordo com as regras nacionais, como o direito a indemnização.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Comissão Europeia lança linha telefónica de ajuda para os que fogem da guerra na Ucrânia

A Comissão Europeia [lançou](#) uma linha telefónica de ajuda em ucraniano e russo para fornecer informações e ajudar aqueles que fogem da invasão russa da Ucrânia. A Comissão, através do Centro de Contacto Europe Direct, tem vindo a responder por escrito a perguntas tanto em ucraniano como em russo desde finais de março e este serviço está agora também disponível através do telefone. A linha de apoio visa ajudar as pessoas que fogem da Ucrânia, respondendo às suas perguntas e fornecendo uma vasta gama de informações práticas e úteis, desde as condições de entrada e viagem na UE, até ao acesso a direitos e oportunidades, tais como educação, emprego ou cuidados de saúde. A linha de ajuda pode ser contactada em ucraniano e russo dentro da UE pelo número 00 800 6 7 8 9 10 11, onde o serviço é gratuito, bem como de fora da UE pelo número +32 22 99 96 96, onde se aplica a tarifa padrão internacional.

UE atribui 25 milhões de euros em ajuda humanitária aos palestinianos

A UE [anunciou](#) 25 milhões de euros em ajuda humanitária para satisfazer as necessidades básicas dos palestinianos vulneráveis na Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Gaza. Mais de 2 milhões de mulheres, crianças e homens palestinianos nos Territórios Ocupados e na Faixa de Gaza necessitam de ajuda humanitária. No ano passado, em menos de duas semanas, 256 palestinianos perderam a vida, entre os quais 11 crianças que participaram num programa de tratamento de trauma financiado pela UE.

A frágil situação económica e a crise financeira sem precedentes na Cisjordânia e em Gaza, resultaram em elevadas taxas de desemprego, comércio limitado e acesso restrito a recursos. A situação é ainda agravada pelo impacto da agressão da Rússia contra a Ucrânia, resultando no aumento dos preços dos alimentos e dos combustíveis. Cerca de 1,79 milhões de pessoas na Palestina sofrem de insegurança alimentar, dos quais 1,1 milhões de pessoas estão gravemente inseguras em termos alimentares.

3.ª reunião da Comissão Ministerial Mista UE-Canadá

Decorreu no passado dia 16 maio em Bruxelas, a terceira reunião da Comissão Ministerial Mista UE-Canadá, assinalando o quinto aniversário da aplicação provisória do Acordo de Parceria Estratégica UE-Canadá que entrou em vigor em 1 de abril de 2017. A reunião foi copresidida pelo Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, e pela ministra dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Mélanie Joly, contando com a participação dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-Membros da UE. Na sequência da reunião, foi publicada uma declaração conjunta, cuja versão integral poderá ser consultada [aqui](#).

UE revela a Parceria Estratégica com o Golfo

O alto representante e a Comissão Europeia [adotaram](#) uma comunicação conjunta sobre uma "Parceria Estratégica com o Golfo" com o objetivo de alargar e aprofundar a cooperação da União Europeia com o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e os seus países membros. A Comunicação Conjunta aborda uma série de áreas políticas fundamentais, apresentando propostas concretas para o reforço da cooperação UE-CCG sobre energia, transição verde e alterações climáticas, comércio e diversificação económica, estabilidade regional e segurança global, desafios humanitários e de desenvolvimento, e contactos interpessoais mais estreitos.

A união de forças para enfrentar a intensificação das alterações climáticas e aproveitar as oportunidades proporcionadas pela transição verde é primordial e mutuamente benéfica. A região do Golfo é particularmente afetada pela intensificação das alterações climáticas e a UE, pioneira em iniciativas para uma transição climática, pode ser uma parceira no desenvolvimento de conhecimentos especializados para enfrentar este desafio. Uma ordem internacional multilateral e baseada em regras requer cooperação para reforçar a segurança mútua e a estabilidade da grande vizinhança europeia e do Golfo.

A quinta reunião ministerial da União para o Mediterrâneo

A quinta reunião ministerial da União para o Mediterrâneo sobre o emprego e o trabalho, realizada em 17 e 18 de maio em Marraquexe, Marrocos, [centrou-se](#) no tema «Emprego e empregabilidade dos mais vulneráveis, sobretudo os jovens e as mulheres». Os Estados-Membros da UM debateram os desafios mais prementes do mercado de trabalho na região euro-mediterrânica, nomeadamente a forma de assegurar uma recuperação inclusiva, ecológica, digital e sustentável para todos, em especial os mais vulneráveis. Os ministros reiteraram o seu empenho em promover uma economia ao serviço das pessoas através de políticas sociais e de emprego que respondam a problemas dos jovens e a questões específicas de género. Os ministros salientaram também o importante papel da emancipação económica das mulheres, sendo estas impulsionadoras ativas da recuperação económica após a crise da COVID-19.

A União para o Mediterrâneo (UM) é a única organização intergovernamental euro-mediterrânica que reúne os países da União Europeia e 15 países da região do Sul e do Leste do Mediterrâneo. A UM constitui um fórum para reforçar a cooperação regional, o diálogo e a execução de projetos e iniciativas concretos que tenham um impacto tangível nos cidadãos, sobretudo os jovens, na perspetiva do cumprimento dos três objetivos estratégicos da região: estabilidade, desenvolvimento humano e integração.

Ucrânia: Comissão Europeia apresenta planos para a resposta imediata da União ao défice de financiamento da Ucrânia e para a sua reconstrução a longo prazo

A Comissão Europeia [apresentou](#) uma comunicação com os planos para a resposta imediata da UE ao défice de financiamento da Ucrânia, bem como o quadro para a sua reconstrução a longo prazo. Esta comunicação surge na sequência do apelo do Conselho Europeu no sentido de fazer face às consequências da guerra na Ucrânia através de um esforço específico liderado pela Europa. Desde o início da agressão russa, a UE intensificou consideravelmente o seu apoio, tendo mobilizado cerca de 4,1 mil milhões de EUR para apoiar a resiliência económica, social e financeira global da Ucrânia, sob a forma de assistência macrofinanceira de emergência, apoio ao orçamento, ajuda de emergência, resposta a situações de crise e ajuda humanitária. Também foi prestada assistência militar no âmbito do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, num montante de 1,5 mil milhões de EUR, que será utilizado para reembolsar os Estados-Membros pela ajuda militar em espécie fornecida à Ucrânia, e está em curso a mobilização de mais 500 milhões de EUR.

A Comissão [tenciona](#) propor a concessão à Ucrânia, em 2022, de assistência macrofinanceira suplementar sob a forma de empréstimos num montante máximo de 9 mil milhões de EUR, que deverão ser complementados com o apoio proveniente de outros parceiros internacionais, tanto bilaterais como multilaterais, incluindo o G7. Este montante seria desembolsado em parcelas com prazos de vencimento longos e taxas de juro favoráveis, graças à garantia do orçamento da União. Para que tal seja possível, os Estados-Membros deverão aceitar disponibilizar garantias suplementares. Juntamente com o apoio sob a forma de subvenções a partir do orçamento da UE para cobrir o pagamento dos juros correspondentes, tal garantirá um apoio bem coordenado e em condições altamente vantajosas à Ucrânia.

UE desembolsa 600 milhões de euros em Assistência Macrofinanceira à Ucrânia

A Comissão Europeia, em nome da UE, [desembolsou](#) esta sexta-feira 600 milhões de euros em Assistência Macrofinanceira (AMF) à Ucrânia. Na sequência da invasão não provocada e injustificada da Rússia, este apoio financeiro urgente ajuda a Ucrânia a resolver o seu grave défice de financiamento relacionado com as suas excecionais necessidades humanitárias e de defesa. A primeira parcela de 600 milhões de euros desta operação de Assistência Macrofinanceira de emergência foi desembolsada em duas tranches nos dias 11 e 18 de março.

Estes fundos são fornecidos à Ucrânia sob a forma de empréstimos a longo prazo em condições altamente favoráveis. Contribuem para o financiamento de parte do considerável défice de financiamento do país, estimado pelas instituições financeiras internacionais em cerca de 15 mil milhões de dólares para o segundo trimestre de 2022. Esta Assistência Macrofinanceira está a reforçar a estabilidade macroeconómica da Ucrânia e a apoiar o funcionamento contínuo das funções estatais nesta conjuntura crítica. O desembolso é uma demonstração tangível do apoio inabalável da UE à Ucrânia.

O desembolso segue-se a uma avaliação dos progressos das autoridades na implementação das medidas de política estrutural acordadas no Memorando de Entendimento. A Comissão concluiu que as autoridades, em geral, tomaram medidas para a implementação da condicionalidade acordada. No entanto, as atuais circunstâncias de guerra constituem um caso de força maior que impede a conclusão efetiva das medidas de política estrutural. Como resposta excecional às graves necessidades de financiamento da Ucrânia, e uma vez que a condicionalidade não pode ser alcançada nesta fase por motivos de força maior, a Comissão decidiu proceder ao desembolso da segunda parcela com carácter de urgência.

Macau: Relatório da UE destaca desafios crescentes para os direitos políticos e as liberdades fundamentais

A Comissão Europeia e o alto representante da UE [apresentaram](#) o seu [relatório](#) sobre a evolução da situação política e económica na Região Administrativa Especial de Macau para 2021. O relatório salienta que, em 2021, o modo de aplicação do princípio «um país, dois sistemas» comprometeu os direitos políticos e as liberdades fundamentais da população de Macau.

O relatório anual refere, em especial, a cada vez maior dificuldade dos meios de comunicação social de Macau em dar voz à diversidade de opiniões e a prática crescente da autocensura. As eleições para a Assembleia Legislativa da RAE de Macau, realizadas a 12 de setembro, registaram a menor afluência às urnas desde a transferência da soberania em 1999. Antes das eleições, e pela primeira vez, as autoridades de Macau excluíram 21 candidatos por não terem prestado juramento à RAE ou por não terem defendido a Lei Básica.

A UE continuou a ser o segundo maior parceiro comercial de Macau no que respeita a mercadorias, a seguir à China continental, representando 29 % do comércio total da RAE nos primeiros dez meses de 2021. O comércio bilateral é dominado pela União Europeia – cerca de 32 % das importações de Macau eram provenientes da UE. A União Europeia continuou a ser a quarta maior fonte de investimento estrangeiro de Macau em 2020 (excluindo os centros financeiros offshore), a seguir a Hong Kong, à China continental e aos EUA. Segundo as estatísticas macaenses, a União Europeia representou 4,6 % do volume total de investimento direto estrangeiro em 2020.



Tecnologia, comunicações, informática e satélites

Lei dos Mercados Digitais: IMCO aprova acordo interinstitucional

Na segunda-feira, a Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores do Parlamento Europeu (IMCO) [aprovou](#) o acordo provisoriamente alcançado com os governos da UE sobre a Lei dos Mercados Digitais (DMA) com 43 votos a favor, um contra e uma abstenção. Juntamente com a Lei dos Serviços Digitais (DSA), a DMA irá abordar uma série de questões sociais e económicas, limitando o poder de mercado das grandes plataformas em linha e tornando o mercado digital mais seguro, mais justo e mais competitivo.

As regras aplicar-se-ão às grandes empresas, os chamados "gatekeepers", cuja posição dominante em linha as torna difíceis de evitar para os consumidores. Para ser designada como *gatekeeper*, uma empresa tem de fornecer um "núcleo de serviços de plataforma" mais propenso a práticas comerciais desleais. Pode incluir plataformas tais como redes sociais, mensageiros, assistentes virtuais, ou motores de busca, entre outros, com um volume de negócios na UE superior a 7,5 mil milhões de euros ou um valor de mercado superior a 75 mil milhões de euros, e pelo menos 45 milhões de utilizadores finais mensais e 10 mil utilizadores empresariais anuais.

Comissão Europeia e Agência Espacial Canadiana assinam acordo Copernicus

A Comissão Europeia [assinou](#) um acordo com a Agência Espacial Canadiana relativo ao [Copernicus](#), o programa de observação da Terra da União Europeia. O acordo foi assinado no Comité Ministerial Misto UE-Canadá, numa reunião realizada em Bruxelas e presidida pelo Alto Representante/Vice-Presidente Josep Borrell e pela ministra dos Negócios Estrangeiros canadiana Mélanie Joly. Este acordo visa implementar um intercâmbio recíproco de dados de satélite de observação da Terra, proporcionando assim benefícios mútuos. Por um lado, a Agência Espacial Canadiana fornecerá aos utilizadores finais no Canadá um acesso mais fácil e simplificado aos dados do Copernicus. Por outro lado, os serviços Copernicus fornecerão dados em tempo quase real à escala global através de sistemas de satélite e in-situ, tais como sensores baseados em terra. E ao aceder a tais sistemas no Canadá, os serviços Copernicus serão melhores e ainda mais precisos. O acordo Copernicus contribuirá assim para reforçar a cooperação com o Canadá em várias áreas, em particular na região do Ártico e no domínio da ação climática.

Mais no Parlamento Europeu...

[Calendário para 2022 e 2023.](#)



OPORTUNIDADES DE EMPREGO, TRABALHO OU FORMAÇÃO EM BRUXELAS

Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)

[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

[O Gabinete dos Açores em Bruxelas no Registo de Transparência da União Europeia](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!